

## Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro<sup>1</sup>

Roberto Villar BELMONTE<sup>2</sup>

### Resumo:

Este artigo apresenta uma tentativa de descrever a história do jornalismo ambiental brasileiro por meio de revisão bibliográfica. Sua origem é localizada no jornalismo científico de resistência praticado durante o Governo Militar. Graças à realização no Brasil, em 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ele se consolida como especialização temática. Trata-se de um jornalismo engajado que busca mobilizar a sociedade. Mostrar os problemas, com causas e consequências, e as soluções possíveis é o compromisso que orienta os profissionais da área.

**Palavras-chave:** Jornalismo ambiental. Jornalismo especializado. História do jornalismo.

## A brief history of Brazilian environmental journalism

### Abstract:

This article presents an attempt to describe the history of Brazilian environmental journalism through a bibliographical review. Its origin is located in the scientific journalism of resistance practiced during the Military Government. Thanks to the United Nations Conference on Environment and Development held in Brazil in 1992, it is consolidated as a thematic specialization. It is an engaged journalism that seeks to mobilize society. Showing the problems, with causes and consequences, and the possible solutions is the commitment that guides the professionals of the area.

**Keywords:** Environmental journalism. Specialized journalism. History of journalism.

## Una breve historia del periodismo ambiental brasileño

### Resumen:

Este artículo presenta un intento de describir la historia del periodismo ambiental brasileño por medio de revisión bibliográfica. Su origen se encuentra en el periodismo científico de resistencia practicado durante el Gobierno Militar. Gracias a la realización en Brasil, en 1992, de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo, se consolida como especialización temática. Se trata de un periodismo comprometido que busca movilizar la sociedad. Mostrar los problemas, con causas y consecuencias, y las posibles soluciones es el compromiso que guía a los profesionales del área.

**Palabras clave:** Periodismo ambiental. Periodismo especializado. Historia del periodismo.

## INTRODUÇÃO

A tentativa de descrever a história do jornalismo ambiental brasileiro faz parte de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este artigo apresenta parte da dissertação de mestrado defendida em 2015 (BELMONTE, 2015). O tema foi retomado em projeto de tese atualmente em desenvolvimento. A breve história apresentada encontra sua origem no jornalismo científico para depois se consolidar com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

<sup>1</sup> A primeira versão deste artigo foi apresentada no GT de História do Jornalismo, integrante do 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015.

<sup>2</sup> Doutorando no PPGCOM / UFRGS e professor de jornalismo ambiental no Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter. *E-mail:* rvillar21@gmail.com.



Desenvolvimento, no Brasil. Trata-se de um jornalismo comprometido e engajado que atua, segundo seus principais autores, para mobilizar a sociedade.

### Origem

O jornalismo ambiental é uma especialização da atividade jornalística consolidada no Brasil no último quarto do século XX. Ele surgiu atrelado ao jornalismo científico. Segundo Fabíola de Oliveira (2002), a especialização em temas científicos ganhou um grande impulso na Europa e nos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XIX. De acordo com os pesquisadores espanhóis Javier del Moral e Francisco Ramírez (1993), o jornalista especializado em temas científicos e tecnológicos é um fenômeno que se disseminou nas redações do século XX para atender às distintas necessidades da nova sociedade industrial diante da segmentação do conhecimento, com leitores exigindo cada vez mais profundidade informativa e um conteúdo melhor elaborado. Ainda segundo os pesquisadores espanhóis, uma característica da especialização jornalística é a necessidade de uma formação permanente por parte dos profissionais. Para Dulcilia Buitoni (2013), a especialização jornalística está relacionada a uma vinculação temática.

Acompanhando os debates acerca dos problemas ambientais, o jornalismo ambiental como especialização temática da atividade jornalística começou a se configurar na Europa a partir da década de 1960. Já em 1961, a televisão pública sueca cobria as questões ambientais, que nessa época passavam a fazer parte da agenda de temas relevantes na Suécia (PIERRE, 1996). No final dessa mesma década do século XX, surgiu na França a primeira entidade de jornalismo ambiental que se tem notícia no mundo, a *Association des Journalistes-Écrivains pour la Nature et l'Écologie* (Associação dos Jornalistas-Escritores para a Natureza e a Ecologia), fundada em 1969 pelo jornalista francês Pierre Pellerin (L'ASSOCIATION DES JOURNALISTES-ÉCRIVAINS..., 2016) e até hoje em atividade. Já nos Estados Unidos, a primeira entidade foi criada em 1990, a *Society of Environmental Journalists* (Sociedade de Jornalistas Ambientais). A cobertura ambiental por lá, no entanto, começou muitas décadas antes, tanto que o *St. Louis Post-Dispatch*, jornal do Missouri, no meio oeste dos Estados Unidos, chegou a ganhar duas vezes o Prêmio Pulitzer, na categoria Serviço Público, em 1941 e 1948, com reportagens sobre a poluição do ar e a contaminação ocasionada pela mineração do carvão, respectivamente (THE PULITZER PRIZES,





2017). Ainda utilizando o principal prêmio do Jornalismo norte-americano como índice, é possível constatar, segundo Rogers (2002), a consolidação do jornalismo ambiental nos Estados Unidos depois da criação da *Society of Environmental Journalists*: nove prêmios entre as décadas 1960, 1970 e 1980, contra dez nos anos 1990.

No Brasil dos anos 1960, natureza, paisagem e aventura estavam entre as temáticas constantes das revistas ilustradas (SODRÉ, 1988). Nesse país a descobrir, com um interior isolado e pitoresco, ficou famosa a reportagem que descrevia uma caçada no Mato Grosso, na região de Nova Mutum (MT) - *Só faltou onça* - publicada por José Hamilton Ribeiro na *Realidade* em novembro de 1967, período áureo da revista da Editora Abril, considerada um marco no jornalismo de revista brasileiro. “Essa reportagem, hoje, seria impossível. É política e ecologicamente incorreta. Mas, na época, era aceitável”, reconheceu José Hamilton Ribeiro em livro com reportagens selecionadas da revista (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p. 103).

A geografia nacional, que conhecida através de uma viagem real pode-se revelar bastante inóspita e miserável, é um espetáculo colorido nas páginas das revistas. O natural converte-se em monumental. Na atitude do desbravamento contínuo, reafirma-se o mito do bandeirante, a que se associaram – inconscientemente, talvez – a construção de Brasília e as metas desenvolvimentistas posteriores a 1954. (SODRÉ, 1988, p. 50).

Essa maneira de as revistas verem o Brasil, descrita por Muniz Sodré (1988), e a reportagem hoje considerada politicamente incorreta sobre uma caçada fazem parte de um momento histórico. O Jornalismo não é um espelho da realidade, mas a instituição jornalística “está entranhada no ambiente em que atua, o qual limita certas possibilidades de produção jornalística. É um ambiente que configura relações e práticas sociais” (FRANCISCATO, 2005, p. 167). Um jornalismo ambiental só se configura quando em relação com outras forças sociais. Por isso, reportagens com problematizações ecológicas e/ou socioambientais geralmente são influenciadas em parte pela presença do ativismo ecológico. De acordo com a socióloga Fernanda Petrarca (2008), “quando o tema ‘meio ambiente’ está em alta nas discussões públicas, nos espaços administrativos e jurídicos, nos movimentos e mobilizações sociais, o seu aparecimento na mídia tende a ser alto, até aparecer outro problema que chame a atenção dos jornalistas” (PETRARCA, 2008, p. 8).

No Brasil, o ambientalismo ganhou visibilidade pública a partir dos anos 1970. Eram na época pouco mais de trinta associações da sociedade civil ocupadas com





assuntos ligados à proteção da natureza (URBAN, 2001, p. 97), algumas delas já bem ativas e influentes, caso da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), criada em 1971. Segundo depoimentos de jornalistas que viveram o período, reportagens sobre temas ambientais já eram publicadas com alguma frequência, de norte a sul do País (BELMONTE, 2004), sem, no entanto, configurar ainda o jornalismo ambiental como uma área de especialização. Em maio de 1972, por exemplo, a urbanização crescente mereceu uma edição especial da revista *Realidade*, editada pelo mesmo José Hamilton Ribeiro que havia acompanhado e descrito uma caçada na década anterior. A contaminação em Cubatão (SP), denunciada por Randáu Marques (1994), a poluição da Borregard e as manifestações da Agapan lideradas por José Lutzenberger em Porto Alegre (RS) também foram temas frequentes de textos nesse período.

Na Amazônia começavam a trabalhar correspondentes de veículos da região Sudeste. Lúcio Flavio Pinto, até hoje em atividade (PINTO, 2017), foi correspondente do *O Estado de S. Paulo* no Pará. “Em que consistia a inovação? Em expurgar do tratamento jornalístico da Amazônia o tom de exotismo, de colonialismo, de superficialidade e de preconceito da grande imprensa nacional (e internacional)” (PINTO, 2000, p. 6). Outro correspondente do mesmo jornal, o jornalista Elson Martins, criou no Acre, em 1978, o jornal alternativo Varadouro (ALMANACRE, 2015), onde registrou o início da luta de Chico Mendes. Uma nova narrativa ambiental surgia no Brasil.

### Consolidação

A atuação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 1948, e a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), fundada em 19 de setembro de 1977, impulsionaram significativamente o jornalismo ambiental, considerado naquela época uma subárea do jornalismo científico, *status* que manteve até o final da década de 1980. “O diferencial da década de 1980 em relação a 1970 foi o aumento do volume de informações [sobre meio ambiente] e a maior presença de fontes científicas” (BARROS; LIMA, 2012, p. 4). Alguns jornalistas brasileiros ainda consideram que a cobertura de meio ambiente é um jornalismo científico com pauta ambiental. Exemplo dessa perspectiva é o trabalho do jornalista Marcelo Leite no jornal *Folha de S. Paulo*. A meu ver, no entanto, uma separação entre o científico e o ambiental começou a ser delineada no Brasil com a realização do



Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), entre 27 e 30 de novembro de 1989. Concorde com Barros e Lima (2012) quando afirmam que a consolidação do jornalismo ambiental se deu com os preparativos dos veículos para a cobertura da Conferência Rio 92.

Apesar da pequena participação, apenas 60 jornalistas, o evento realizado pela Fenaj em 1989 inspirou a formação de uma série de núcleos regionais de jornalistas interessados na área ambiental na véspera da realização da Conferência Rio 92. Um deles, o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJRS), ativo ainda hoje (SEMINÁRIO PARA JORNALISTAS..., s. d.), foi a plataforma de organização da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, criada em 1998, que, por sua vez, originou duas outras articulações nacionais, os congressos brasileiros de jornalismo ambiental (Santos, 2005; Porto Alegre, 2007; Cuiabá, 2010; Rio de Janeiro, 2011; Brasília, 2013; São Paulo, 2015), com mostras científicas desde a terceira edição, e os encontros nacionais de pesquisadores em jornalismo ambiental no Rio de Janeiro, 2011; Porto Alegre, 2014; São Paulo, 2015 (ENCONTRO NACIONAL..., 2014, 2016). Randáu Marques, um dos primeiros jornalistas a se especializar na temática ambiental no Brasil, foi um dos que sempre defendeu que os jornalistas se apropriassem do conhecimento científico.

Nada contra os núcleos [de jornalismo ambiental], desde que seus integrantes também pertençam à Associação Brasileira de Jornalismo Científico, pois só com uma visão transdisciplinar do conjunto da ciência pode o jornalista conquistar a credibilidade da opinião pública, ficando por conta de seu talento decodificar as complexidades e traduzir em prosa escorreita e cativante o linguajar acadêmico, sem inquinhar ou distorcer a seriedade desta. (MARQUES, 1994, p. 9).

No entendimento de Liana John (2001), jornalista especializada em ciência e em meio ambiente, com atuação destacada na cobertura de temas ligados à conservação da biodiversidade, a mudança de postura dos agentes econômicos foi um fator importante para a emancipação do jornalismo ambiental brasileiro na última década do século XX.

Com a evolução da mídia ambiental – que se aproximou do jornalismo científico – e com a gradativa adaptação dos agentes econômicos aos novos tempos de tratados e convenções internacionais, tecnologias limpas, certificações, reciclagem, gestão ambiental e posturas “ecologicamente corretas”, muda completamente a relação desta imprensa especializada com o poder e com o público. A mídia ambiental passa a ser um termômetro importante, a ser consultado antes da tomada de decisões e até mesmo capaz de mudar o rumo de



algumas delas. Gradativamente, o meio ambiente ganha importância e mesmo os jornalistas de formação política não puderam evitar o tema. Sobretudo aqueles com alguma experiência como correspondentes no Primeiro Mundo, onde é mais evidente o peso atribuído ao meio ambiente na política e na economia. (JOHN, 2001, p. 92).

A própria Liana John (2001) reconhece, no entanto, que apesar do jornalismo ambiental não ser mais ignorado pelos grandes jornalistas e abrir espaços bem maiores, raros eram (e ainda são) os veículos com uma seção ambiental fixa e uma equipe dedicada ao tema. No entendimento de Ricardo Arnt (1994), o meio ambiente era discriminado pelo jornalismo brasileiro. Ele relatou ter sentido esse preconceito no *Jornal do Brasil*, na *Rede Globo* e na *Folha de S. Paulo*. Na época, primeira metade dos anos 1990, ele percebia que os jornalistas que cobriam assuntos ambientais eram pessoas mal vistas, “tratadas como defensoras do exotismo, do primitivismo, do brega, de uma visão exótica, uma mistura de naturebismo com populismo camponês” (ARNT, 1994, p. 73). Ainda segundo o autor, a pressão externa aumentou a má vontade com o tema.

Houve uma emergência das questões ambientais no Brasil no final dos anos 80, estimulada de fora para dentro. Isso gerou da parte dos editores de jornais, dos donos dos jornais, que devem ser entendidos como agentes fundamentais da modernização do Brasil, no sentido de que a imprensa exprime o discurso dos formadores de opinião pública, fora do Estado, que carregam um sentimento de modernização nacional e tentam agendar as aspirações nacionais para tentar mudar as coisas. Houve um sentimento de contrariedade muito grande de quem ignorava esses temas (e continua a ignorar até hoje e continua tratando com má vontade), por ter sido obrigado a mexer com isso por força das pressões internacionais. (ARNT, 1994, p. 73-74).

A principal dificuldade para tratar dos temas ambientais no Brasil, no entendimento de Ricardo Arnt (1994), era a presença entre os proprietários e editores dos principais veículos jornalísticos de uma ideologia pró-modernização de qualquer maneira. Por isso, segundo ele, era preciso passar a abordar o meio ambiente de uma perspectiva modernizante.

Então, pegar esses temas da natureza numa perspectiva modernizante é o que vai nos colocar na agenda política, fora do exótico, fora do atraso e vai dar mais poder aos ambientalistas para mexer com isso numa política geral, em um lugar mais privilegiado na política brasileira. [...] Tudo isso que diz respeito à economia de produtos florestais, que vai bater no extrativismo, em biodiversidade, vai bater no aproveitamento de recursos naturais, tem muita gente que trabalha com isso seriamente no Brasil. Acho que isso vai se colocar cada vez mais para quem mexe com meio ambiente no Brasil e conservação.





[...] Para o ambientalismo crescer na política brasileira, vai ter que se apossar dessa coisa de recursos naturais e agendá-las numa perspectiva modernizante. (ARNT, 1994, p. 79).

O viés econômico na cobertura dos temas ambientais também era uma preocupação de Washington Novaes (1994). Ele considerava que o jornalismo brasileiro precisava discutir a natureza do crescimento econômico. “Todo crescimento econômico é desejável ou há crescimentos econômicos indesejáveis? Nós podemos escolher ou não podemos escolher?” (NOVAES, 1994, p. 70). Para ele, a comunicação brasileira não vinha dando importância à contabilidade ambiental. “O mundo todo está avançando nesta questão da contabilidade ambiental e nós estamos parados”, observou Novaes (1994, p. 70) durante um debate sobre jornalismo ambiental promovido em 1994 pela Fundação SOS Mata Atlântica.

Tanto a proposta de Ricardo Arnt de tratar recursos naturais por um viés modernizante, para que o ambientalismo conquistasse mais protagonismo político na sociedade brasileira, quanto a questão da contabilidade ambiental levantada por Washington Novaes e também a adaptação gradativa dos agentes econômicos constatada por Liana John estão em um contexto pós-Conferência Rio 92, quando começou a ganhar força o entendimento sobre a relevância dos instrumentos econômicos no enfrentamento dos problemas ambientais. As origens do que hoje se entende por economia verde estão nessa época. Na última década do século XX, o meio ambiente claramente passou a fazer parte de uma disputa de poder. O setor empresarial foi se apropriando da bandeira do ambientalismo (BELMONTE, 1997) e não a largou mais.

Ainda naquela época, duas pesquisas de mestrado identificaram sinais desse movimento de mercado. Wladimir Ungaretti (1998) analisou o conteúdo de 235 edições do jornal *Gazeta Mercantil* publicadas em 1993, um ano após a Conferência Rio 92. O jornal, que até o final do século passado foi o principal diário especializado em economia do Brasil, criou uma seção específica para tratar dos temas ambientais ainda no segundo semestre de 1988. Segundo Ungaretti (1998), a ideia para criá-la surgiu do número crescente de empresas acionadas judicialmente por desrespeitar a legislação ambiental.

A página de meio ambiente, criada a partir do segundo semestre de 1988, sem dúvida nenhuma, constituiu-se num importante marco pois, pela primeira vez, um veículo da grande imprensa, voltado para o segmento empresarial, passou a abordar os problemas ambientais assumindo, portanto, uma posição inovadora. (UNGARETTI, 1998, p.





44).

A partir da análise que realizou nas edições de 1993, Ungaretti (1998, p. 106) concluiu que o jornal *Gazeta Mercantil* traduzia ideologicamente as questões do universo ambientalista para o universo empresarial com uma visão empresarial ambientalizada das questões relativas à sustentabilidade, compreendida não mais como custo, mas como oportunidade de aumentar a competitividade e participar de um crescimento econômico limpo com o uso de instrumentos baseados no mercado. Segundo o pesquisador, o jornal refletia os interesses e as necessidades da época de mais informações sobre o tema. A lógica empresarial da velocidade, para Ungaretti (1998), seria o grande desafio do ambientalismo.

Luís Fernando Angerami Ramos (1996), para avaliar a cobertura antes, durante e depois da Conferência Rio 92, fez uma análise quantitativa de textos publicados nas edições dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, entre 1º de junho de 1991 e 11 de julho de 1992, e nos telejornais da *Rede Globo* e da extinta *Rede Manchete*, entre 4 de maio de 1992 e 11 de julho de 1992. Também realizou uma análise qualitativa em uma amostra do material dos jornais quantificado. Concluiu que o interesse econômico era prioritário na mensagem ambiental que chegava aos jornais. Também considerou significativa a ocorrência de textos que tratavam de negócios com produtos de caráter ecológico e avaliou como reduzidas as citações de fontes ligadas a organizações não governamentais, universidades e movimentos sociais. Já os telejornais, segundo Angerami (2006), abordaram o tema ambiental como uma questão global, esquecendo a dimensão regional, e deram bastante destaque para as personalidades envolvidas no evento. Após a Conferência Rio 92, os problemas ambientais sumiram da pauta diária, em parte, reconheceu o pesquisador (2006), devido ao subsequente *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Na sua avaliação, a cobertura foi fragmentada e dependente dos eventos ambientais realizados.

A cobertura de temas ambientais, que tem ramificações econômicas, políticas, sociológicas e de saúde pública, é uma atividade complexa (NELSON, 1994). As notícias e reportagens do jornalismo ambiental têm pelo menos quatro características comuns: a noção de risco, temas associados a processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica (GARCIA, 2006). Todas as quatro características são incompatíveis com uma abordagem apressada e à distância, exigindo uma interpretação intensiva da atualidade em profundidade. No entanto, nem sempre há tempo e recursos







financeiros suficientes para apurar uma pauta de perto com a precisão e a diversidade de olhares que os temas socioambientais exigem. As condições de produção precisam ser conquistadas. Não apenas nos veículos jornalísticos tradicionais, mantidos pelas maiores empresas de comunicação nacionais e regionais, mas também, e principalmente, nos pequenos empreendimentos.

### **Compromisso**

O entendimento sobre a importância de mostrar o problema, com causas e consequências, e as soluções possíveis foi uma das questões que ajudou a demarcar o jornalismo ambiental como uma segmentação do Jornalismo no Brasil e estava na pauta do Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente que a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) realizou em Brasília (DF), em novembro de 1989. “É evidente o papel dos meios de comunicação no aprofundamento dos debates, na fiscalização da ação dos agentes sociais (governo, comunidade e empresas) e, naturalmente, na definição de políticas para o setor ambiental”, afirmou Armando Rollemberg (1989, p. 1), presidente da Fenaj na época. Os jornalistas que trabalhavam com a temática ambiental na véspera da Conferência Rio 92 discutiram nos cursos preparatórios a necessidade de mostrar não apenas a importância de preservar o meio ambiente, mas também como fazê-lo.

Esse compromisso de ir além da apresentação das consequências do problema está presente também nos primeiros princípios éticos para a cobertura dos temas ambientais que foram definidos entre os dias 20 e 24 de maio de 1992, em Belo Horizonte (MG), durante o Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento (*Green Press*), evento que integrou a programação oficial da Conferência Rio 92. O décimo princípio diz que “o trabalho jornalístico deve estar comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária nas diversas fases de produção e veiculação da notícia” (CARTA DE BELO HORIZONTE, 2004). Ainda de acordo com o documento publicado no final do *Green Press*, também seria dever da imprensa, segundo o décimo primeiro princípio, “expressar a pluralidade de pontos de vista sobre os assuntos do meio ambiente e de desenvolvimento”.

Embora existam casos em que o jornalismo ambiental seja considerado apenas como uma especialidade ou especialização jornalística, relacionada à cobertura de temas ambientais, sua ideia extrapola esse entendimento de ser apenas uma cobertura centrada



em assuntos de meio ambiente. Obviamente ele trata de temas ambientais, mas a partir de um ponto de vista diferenciado, engajado, envolvido. Diante dos crescentes desafios socioambientais, o jornalista ambiental trabalha comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária. A partir de uma diversidade de fontes, olha além das consequências, em busca das causas e soluções dos problemas ambientais. Não há apenas uma definição de jornalismo ambiental, mas o conceito exposto abaixo é o que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental - CNPq/UFRGS (S.d.), criado em 2008 pela professora e pesquisadora Ilza Maria Tourinho Girardi<sup>3</sup>.

O jornalismo ambiental, partindo de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena. Para sua concretização é necessário buscar respaldo em olhares mais abrangentes, que possibilitem ver as conexões, superar a fragmentação reiterada. Fundem-se, desta forma, a natureza do jornalismo especializado com as demandas socioambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes. (GIRARDI et al., 2012, p. 148).

Como explica Eloisa Beling Loose (2010, p. 16), do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), parafraseando o título do livro *Conexões Ocultas*, de Fritjof Capra (2002), o “jornalismo ambiental busca desvendar conexões ocultas que perpassam a sociedade, não se detendo unicamente no que é tido como ambiental”. Daí também porque a separação em relação ao jornalismo científico. O meio ambiente do jornalismo ambiental é um meio ambiente mais largo do que o meio ambiente do jornalismo científico, “trazendo em si os sentidos de coletividade, qualidade de vida e sustentabilidade da vida no planeta” (LOOSE, 2010, p. 34). Ainda segundo a pesquisadora, ser jornalista ambiental não é apenas ser perito nos temas que envolvem o meio ambiente, exige um olhar diferenciado sobre o mundo.

A pesquisa de Bueno (2007) é uma das fontes das reflexões que vêm sendo realizadas pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental. Para o pesquisador, “o jornalismo ambiental precisa ter um caráter revolucionário, comprometido com a mudança de paradigmas, deve enxergar além das aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriaram da temática ambiental” (BUENO, 2007, p. 17). Ainda segundo o autor, os produtos do jornalismo ambiental decorrem de profissionais que

---

<sup>3</sup> Ilza Girardi foi a professora responsável pela implantação, no primeiro semestre de 2004, da disciplina eletiva de jornalismo ambiental no curso de graduação de jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GIRARDI, 2004).



militam na imprensa. Para ele, “a pauta ambiental é, essencialmente, comprometida” (2007, p. 36) e surge de uma “militância cívica, não partidária” (2007, p. 37).

Assim como o Jornalismo não espelha a realidade, mas participa do processo intersubjetivo de construção social da realidade, comunicação não é transmissão, mas interação. Assumir essa perspectiva interacionista tem consequências. A principal delas, do ponto de vista do jornalismo ambiental como profissionalismo engajado, é reconhecer que não basta divulgar um texto transversal, bem elaborado, com diversidade de fontes. Esse texto, ou informação, só vai gerar ação se o seu sentido for construído em parceria com outros setores da sociedade. Para surgir, o jornalismo ambiental precisa de ativismo ecológico. Dificilmente ele brota do nada. Também precisa de parcerias para fazer sentido e contribuir com alguma mudança social. Sem alianças e parcerias na sociedade, o jornalismo ambiental até informa, mas não comunica (WOLTON, 2010), nem transforma.

A maneira de mobilizar, escolhida pelo jornalista André Trigueiro, um dos principais jornalistas ambientais em atividade no Brasil, é a apresentação de soluções para os problemas, foco do programa *Cidades e Soluções*, criado por ele na *GloboNews*, em 2007 (TRIGUEIRO, s. d.). “O jornalismo ambiental quebra o dogma da imparcialidade, tão propalada e discutida nos cursos de comunicação, ao tomar partido em favor da sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais, do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza” (TRIGUEIRO, 2005, p. 300).

Não há uma maneira única de compreender o jornalismo ambiental, nem apenas um caminho para transformar, mobilizar e promover debates com informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade, fundindo-se com as demandas socioambientais. Em meios jornalísticos tradicionais, que fazem parte de grupos empresariais com interesses em diversos negócios, a prática do jornalismo ambiental depende quase que exclusivamente da iniciativa e do empenho profissional de jornalistas que reconheçam a importância da luta socioambiental para a promoção da qualidade de vida planetária. No entanto, com as mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos nessas redações tradicionais, com cortes frequentes de gastos e de pessoal, as condições para a realização de reportagens relevantes sobre temas socioambientais vão ficando mais escassas. Por outro lado, a temática ambiental ganha destaque em novos projetos jornalísticos, como os da Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo- Pública, do Repórter Brasil e da Nexo.



### Jornalismo engajado

A necessidade de um Jornalismo engajado é discutida também nos Estados Unidos. Um novo tipo de reportagem sobre meio ambiente é necessário para dar conta dos desafios ambientais do século XXI, misturando objetividade com *advocacy* para se chegar a um jornalismo sustentável, defendeu Jim Detjen (2002), ex-presidente da *Society of Environmental Journalists*. Em artigo publicado na revista da Fundação Nieman da Universidade de Harvard, ele considerou que esse casamento entre duas escolas diferentes do Jornalismo contemporâneo, a da objetividade e a de *advocacy*, seria possível com uma abordagem além-sintomas, com reportagens que também mostrassem as causas e as possíveis soluções dos problemas. A mobilização social implícita na postura de *advocacy* ou advocacia no jornalismo ambiental, defendida por Bueno (2007), Girardi (2012), Detjen (2002) e Trigueiro (2005) não fere os princípios da profissão, pelo contrário, pode aproximar ainda mais o Jornalismo dos temas de interesse público.

*Advocacy* ou advocacia é mobilização social. Portanto, é uma ação de comunicação e mais especificamente, de comunicação pública. Trata-se de uma estratégia de convocatória e construção de propósitos comuns, com o objetivo de produzir significado e sentido compartilhados em assuntos de interesse coletivo. (LÓPEZ, 2011, p. 62).

Ainda segundo López (2011), *advocacy* não é sinônimo de *lobbying*, pois não diz respeito a interesses particulares, mas coletivos, entre eles, a proteção ambiental. Também é preciso ressaltar que a objetividade de que fala Detjen (2002) não pode ser confundida com literalidade, pois o discurso jornalístico é um discurso opaco e a objetividade, apenas uma intenção do jornalista, um guia, um método, uma orientação para observar os fatos e os acontecimentos. Entre as três ordens consideradas por Cornu (1999) - a observação, a interpretação e a narração -, a objetividade deve ser entendida como método do processo de observação jornalística, nunca como sinônimo de neutralidade.

Há ainda um entendimento de que a especialização pode ser, na verdade, um risco, pois o especialista tenderia a perder a curiosidade. “Quando o jornalista especializa-se numa área, ele até pode ganhar em profundidade, mas corre o risco de comportar-se exatamente como o especialista que entrevista, ou seja, perder a curiosidade típica do leitor comum”, pondera Marília Scalzo (2003, p.55). A meu ver o,

risco realmente existe e para evitá-lo é preciso um policiamento constante do jornalista e de seus colegas. Por outro lado, também entendo que atualmente os temas ambientais envolvem tantos interesses e tantos assuntos de complexidade técnica, que um generalista enfrenta grandes dificuldades para produzir uma reportagem consistente que faça alguma diferença.

### Considerações finais

Essa breve história do jornalismo ambiental brasileiro, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, sugere que tal especialização temática já tem uma trajetória prática e de pesquisa no Brasil. O seu engajamento, que pretende mobilizar a sociedade para os desafios ambientais do século XXI, pode e deve ser potencializado com as técnicas contemporâneas de apuração, como as do jornalismo guiado por dados. O capítulo atual do jornalismo ambiental brasileiro vem sendo escrito em um planeta mais quente, mais injusto e mais conectado. O reconhecimento de sua história é uma contribuição importante na luta por um planeta mais justo e sustentável.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMANACRE. **Blog Elson Martins**. Rio Branco, 29 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.almanacre.com>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

ARNT, Ricardo. Imprensa discrimina o meio ambiente. **Relatório do Laboratório Ambiental para Imprensa realizado no Vale do Ribeira/SP**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 1994, p. 73-80.

BARROS, Antonio Teixeira; LIMA, Maria Érica de Oliveira. A eficácia do jornalismo ambiental: dinâmicas e possibilidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 10., 2012, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: SBPJor, 2012.

BELMONTE, Roberto Villar. Aliança é a saída para combater censura imposta pelo ambientalismo empresarial. **Relatório do Laboratório Ambiental de Jornalismo Imprensa e Pantanal**. Campo Grande: UFMS, 1997, p. 31-36.

\_\_\_\_\_. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, Sergio (Org.). **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004, p. 15-48.

\_\_\_\_\_. **A construção do discurso da economia verde na revista Página 22**. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/117262>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

BUITONI, Dulcilia Schroeder. Revista e segmentação: dividir para reunir. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (Org.). A revista e seu jornalismo. Porto Alegre: Penso, 2013, p.107-118.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARTA DE BELO HORIZONTE. São Paulo, 2004. Disponível em: <[http://www.pick-upau.org.br/mundo/carta\\_belo\\_horizonte/carta\\_belo\\_horizonte.htm](http://www.pick-upau.org.br/mundo/carta_belo_horizonte/carta_belo_horizonte.htm)>. Acesso em: 08 dez. 2017.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

DETJEN, Jim. A new kind of environment reporting is needed. **Nieman Reports**, Cambridge, v. 56, n. 4, p. 38-40, 2002. Disponível em: <<http://niemanreports.org/articles/a-new-kind-of-environment-reporting-is-needed/>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO AMBIENTAL. 2014, 2016. **Anais...** Disponível em: <<https://enpja.com.br/>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão, SE: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

GARCIA, Ricardo. **Sobre a terra**: um guia para quem lê e escreve sobre ambiente. Lisboa: Público, 2006.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Ecojornalismo e educação ambiental: a experiência da implantação da disciplina jornalismo ambiental na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 203-213, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/91>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

GIRARDI, Ilza et al. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação & Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 132-152. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/2972>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

GRUPO DE PESQUISA EM JORNALISMO AMBIENTAL. Porto Alegre, [S.d.]. Disponível em: <<https://jornalismoemeioambiente.com/>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

JOHN, Liana. Imprensa, meio ambiente e cidadania. 2001. **Ciência & ambiente**, Santa Maria, n. 23, p. 87-94, jul./dez. 2001.

L'ASSOCIATION DES JOURNALISTES-ÉCRIVAINS POUR LA NATURE ET L'ÉCOLOGIE. **Jne em bref**. Qui sommes-nous? Paris, 2016. Disponível em:

<<http://jne-asso.org/blogjne/tout-sur-les-jne/qui-sommes-nous/>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

LOOSE, Eloisa. **Jornalismo ambiental em revista**: das estratégias aos sentidos. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/21591>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

LÓPEZ, Juan Camilo Jaramillo. Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011, p. 61-80.

MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, José Hamilton. **Realidade**: a história e as melhores matérias da revista que marcou o jornalismo e influenciou as mudanças no país. Santos: Realejo Edições, 2010.

MARQUES, Randáu. O bom jornalismo é um instrumento de mudanças sociais. **Revista Ecos**, Porto Alegre, n. 1, p. 7-11, maio 1994.

MORAL, Javier Fernández del; RAMÍREZ, Francisco Esteve. **Fundamentos de la información periodística especializada**. Madrid: Editorial Síntesis, 1993.

NELSON, Peter. **Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente**. Washington: International Center for Journalists, 1994.

NOVAES, Washington. A contabilidade ambiental. **Relatório do Laboratório Ambiental para Imprensa realizado no Vale do Ribeira/SP**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 1994, p. 65-72.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

PETRARCA, Fernanda Rios. O surgimento do “jornalismo ambiental” e as lógicas de engajamento na produção de notícias ambientais no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: Anppas, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT10-540-253-20080510110629.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

PIERRE, Monika Djerf. **Green news**: environmental reporting in Swedish television News 1961-1994. Gotemburgo: Göteborg University, 1996.

PINTO, Lúcio Flávio. **A agenda amazônica de um jornalismo de combate**. [Belém], 2017. Disponível em: <<https://lucioflaviopinto.wordpress.com/>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Sob a floresta que cai. **Agenda Amazônica**, Belém, ano 2, n. 14, p. 6-9, out. 2000.



RAMOS, Luís Fernando Angerami Ramos. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1996.

ROGERS, Paul. Complexity in environment reporting is critical to public decision-making. **Nieman Reports**, Cambridge, v. 56, n. 4, p. 32-34, 2002. Disponível em: <<http://niemanreports.org/articles/complexity-in-environment-reporting-is-critical-to-public-decision-making/>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SEMINÁRIO PARA JORNALISTAS SOBRE POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE, 1989, Brasília. **Anais...** Brasília: Fenaj, 1989.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco**: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. 11a. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

THE PULITZER PRIZES. **Public Service**. New York, 2017. Disponível em: <<http://www.pulitzer.org/prize-winners-by-category/204> >. Acesso em: 08 dez. 2017.

TRIGUEIRO, André. **Cidades e soluções**. Site, [S.l., s.d.]. Disponível em: <<http://mundosustentavel.com.br/cidades-e-solucoes/>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Mundo sustentável**: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

UNGARETTI, Wladimir Netto. **Empresariado e ambientalismo**: uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil. São Paulo: Annablume, 1998.

URBAN, Teresa. **Missão (quase) impossível**: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2001.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: SULINA, 2010.

Submetido em 13.04.2016

Aceito em 04.09.2017

